



JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • Nº 183 • Quarta-feira, 22 de Março de 2017 • www.portaldogoverno.gov.mz • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



VISITA DE NYUSI AO JAPÃO RESULTA EM GANHOS PARA O PAÍS

Pág. 3



**Empreiteiros desonestos
poderão perder licenças**

Pág. 2



**PM convida moçambicanos
na Swazilândia a registarem-se**

Pág. 4



**Combatentes vão à prova de
vida para acabar com infiltrados**

Pág. 9

ESTA EDIÇÃO CONTÉM SUPLEMENTO SOBRE CONTRATAÇÃO PÚBLICA - UFSA

Abandono de obras públicas

EMPREITEIROS DESONESTOS PODERÃO PERDER LICENÇAS



O Governo anunciou ontem que vai processar e caçar os alvarás de todos os empreiteiros de obras públicas que abandonaram as infra-estruturas adjudicadas antes da conclusão e sem justa causa.

Segundo explicou o ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, Carlos Bonete, à saída da oitava sessão do Conselho de Ministros, a medida segue-se a um processo de levantamento feito em todo o país de obras financiadas pelo Governo e posteriormente abandonadas pelos executantes.

De acordo com Bonete, do apuramento efectuado, foram identificadas 359 infra-estruturas paralisadas, maior parte pertencente aos sectores da Educação, Saúde e Administração Estatal, localizadas nos distritos.

O governante referiu que todas estas obras inacabadas estão avaliadas em 5 mil milhões de meticais, dos quais 1.5 mil milhões já desembolsados aos construtores.

"É verdade que em algumas das situações houve falta de disponibilização atempada de fundos por parte do Governo para a conclusão das obras a tempo e a hora, e consideramos isso também", explicou.

O estudo, que iniciou em Agosto e foi acelerado com a orientação recente do

Presidente da República, bem como pelos recentes danos causados pelo ciclone tropical Dineo, apurou que maior parte das obras ficou interrompida devido à falta de honestidade e má-fé dos empreiteiros e dos próprios fiscais, mas também se verificou que maior parte deles não tem capacidade para executar as obras adjudicadas, pelo que houve incumprimento de contratos.

Na sequência deste trabalho, os construtores considerados prevaricadores foram denunciados à Procuradoria-Geral da República e já iniciou um processo de rescisão de contratos com eles e a execução de garantias, entre outras situações.

Embora não se tenha referido a nomes, Bonete disse que muitos dos adjudicatários implicados nestas situações são nacionais.

Do total das obras paradas, 117 tiveram interrupção por exiguidade de fundos, 140 por abandono e, de entre estas, 138 implicados já têm processos a correr nas instituições da Justiça. Também há 50 obras em negociação ou em curso para finalização, enquanto outras 52 foram concluídas depois da intervenção.

"Nesta situação, estamos a trabalhar para dar primazia às obras que se encontram além de 75 por cento de execução, ou vão aguardar por melhor oportunidade devido a questões de exiguidade

de fundos", explicou, salientando que medidas administrativas também serão tomadas porque o Ministério das Obras Públicas é também responsável neste processo.

"O trabalho que estamos a fazer é permanente e vai continuar. Temos de responsabilizar os principais intervenientes neste processo", referiu.

Na sessão desta terça-feira, o Conselho de Ministros apreciou ainda os relatórios das participações do país na cimeira dos países banhados pelo Oceano Índico, visita do Presidente da República ao Japão e a cimeira extraordinária da SADC.

O Executivo também aprovou o acordo de financiamento entre o Governo e a Associação Internacional de Desenvolvimento, em 2016, no valor de 90 milhões de dólares, destinados ao financiamento de projectos de abastecimento de água.

Também aprovou o acordo de crédito entre o Governo e o EximBank da China para financiar a migração digital, no valor de 156 milhões de dólares.

Outras matérias apreciadas estão ligadas à situação da emergência no período que vai de 14 a 21 de Março de 2017, o ponto de situação do programa de mecanização agrícola, para além de saudação ao Clube dos Desportos Ferroviário da Beira pela qualificação à fase de grupos da Liga dos Campeões Africanos.

PR no Japão

UMA VISITA FRUTÍFERA



Delegação do PR Nyusi em conversações com a equipa do PM japonês

O Presidente da República, Filipe Nyusi, considerou a sua primeira visita oficial ao Japão, realizada de 13 a 16 de Março de 2017, de bastante frutífera, na medida em que se saldou na assinatura de quatro acordos que vão estimular a cooperação bilateral em várias áreas de crescimento socioeconómico.

O Chefe de Estado, que falava em conferência de imprensa que marcou o termo da visita ao país nipónico, disse que a sua deslocação foi muito produtiva na medida em que abre espaço para a consumação da diplomacia económica.

Sobre o primeiro acordo assinado, Nyusi disse que contempla a construção de estradas e pontes na província de Cabo Delgado, norte do país, cujas obras serão executadas sobre a bacia de Messalo, em regiões denominadas Messalo Um, Messalo Dois e Maduede, ao longo da Estrada Nacional 380, que liga a cidade de Pemba ao distrito de Palma. O valor para o efeito não foi revelado.

O segundo acordo é um memorando de entendimento para o desenvolvimento do transporte urbano integrado na cidade de Maputo, num projecto orçado em 545 milhões de dólares. Sobre este acordo, Nyusi

explicou que visa garantir que as cidades do país tenham uma rede de transporte público urbano. Isso vai desaguar na concepção de soluções de curto, médio e longo prazos com quantidade, flexibilidade e regularidade capazes de devolver o hábito de usar o transporte público como um meio muito bom.

Os dois últimos acordos são no domínio de energias. O primeiro estabelece que o Governo japonês vai financiar as obras de ampliação da central térmica de Temane, província de Inhambane, em 190 milhões de dólares, passando da actual capacidade de produção eléctrica de 15 para 110 megawatts. A medida deverá melhorar o abastecimento da electricidade nas regiões sul e centro do país.

Já o último acordo está virado para a execução do projecto de Gás Natural Liquefeito (LNG), ao abrigo do qual serão, nos próximos cinco anos, formados e capacitados cerca de mil jovens nas diversas áreas de hidrocarbonetos.

Outro ganho obtido nesta visita que assinalou os 40 anos da cooperação entre Moçambique e o Japão foi o entendimento que estabelece que este país asiático vai ajudar o Estado moçambicano a encontrar soluções para a estabilidade dos pre-

ços dos combustíveis líquidos, bem como das finanças públicas, que têm sufocado a economia nacional.

Nyusi destacou igualmente o encontro de cortesia que manteve com o imperador Akihito, do qual saiu impressionado pelo domínio demonstrado pela histórica figura da cultura japonesa sobre o continente africano, mas também pelo seu interesse na natureza, saúde e educação.

Akihito é o 125.º e actual imperador do Japão e ascendeu ao trono em 1989, ocupando a 17.ª posição na lista de monarcas e líderes que reinam ou que governam há mais tempo. Apesar de não ter poderes políticos no país, é diferente do seu pai, por demonstrar uma atitude conciliadora com os antigos rivais do seu país (Rússia e China).

Segundo o Presidente, o momento constituiu ocasião para partilha de informações sobre os valores culturais e tradicionais dos povos dos dois países.

Ainda nesta visita, realizada a convite do primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, o PR participou num fórum de negócios com cerca de 300 homens de negócios, no qual apresentou as potencialidades do país e os convidou a aproveitarem as vantagens enormes existentes. (AIM)



Agostinho do Rosário interagindo com moçambicanos residentes na Swazilândia

PM CONVIDA MOÇAMBICANOS NA SWAZILÂNDIA A REGISTAREM-SE

O primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, convida todos os concidadãos residentes na Swazilândia a aderirem em massa à campanha de registo civil de raiz que arranca dentro de duas semanas neste país vizinho.

"Disseram-nos que daqui a duas semanas o trabalho vai começar e pedem a vossa colaboração. As brigadas devem vir para aqui e encontrar pessoas. O Presidente Filipe Nyusi falou com o rei Mswati III, e o trabalho vai correr bem se todos colaborarmos", sublinhou o PM durante um encontro mantido na cidade de Manzini com dezenas de moçambicanos residentes na Swazilândia, realizado à margem da Cimeira Extraordiná-

ria dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), em representação do PR.

Estima-se que cerca de 40 mil moçambicanos residem na Swazilândia, mas apenas cerca de metade estão registados no Alto-Comissariado de Moçambique.

Por isso, muitos moçambicanos sem nenhum registo oficial naquele país se queixam de vários problemas como dificuldade de matricular seus filhos no ensino secundário ou obtenção de permissão de residência ou de trabalho.

Existem ainda casos de moçambicanos sepultados em valas comuns, em caso de morte, por não possuírem nenhuma identificação.

Parte considerável dos con-

cidadãos nesta situação emigrou para Swazi durante a guerra dos 16 anos, tendo perdido o estatuto de refugiados em 1992 com a restauração da paz. Outros decidiram emigrar à procura de melhores condições de vida.

Na ocasião, Joaquim Bule, assessor do ministro do Interior, explicou que há casos de moçambicanos que pedem a cidadãos swazis para adotarem seus filhos como forma de garantir que tenham acesso ao ensino secundário neste país.

"O passo que se segue é encontrarmos, a cada palmo, todos os moçambicanos que vivem aqui para lhes atribuímos documentos como cédulas pessoais, bilhetes de identidade e passaportes", afirmou Bule, manifestando-se

preocupado com o facto de, no passado, ter havido espaço para o registo de moçambicanos, mas, infelizmente, com fraca adesão.

"Ficámos frustrados quando no passado se abriu espaço para o registo e em cerca de um mês registámos poucas pessoas", disse, salientando que quem não aderir à campanha de registo poderá ter problemas com as autoridades da Swazilândia.

A brigada, que vai escalar o reino da Swazilândia por um período de nove meses, integra quadros dos ministérios da Justiça e do Interior de Moçambique.



PM na Cemeira Extraordinária da SADC

SADC CRIA FUNDO PARA DESASTRES NATURAIS

Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) decidiram criar um fundo regional para fazer face a desastres naturais como secas, ciclones, cheias e pestes que ciclicamente assolam os países-membros, incluindo Moçambique.

O facto foi anunciado na última sexta-feira, em Mbabane, Swazilândia, pelo primeiro-ministro, Carlos Agostinho do Rosário, em conferência de imprensa que marcou o fim da participação de Moçambique na cimeira extraordinária da SADC e da dupla troika do órgão.

"Decidimos trabalhar juntos para a criação de um fundo regional a ser usado em casos de desastres naturais. Moçambique, como um dos países que

de forma recorrente sofrem de adversidades naturais, tudo fará para impulsionar a criação do fundo, prevista para o próximo ano", asseverou o PM.

A SADC, segundo Do Rosário, vai, ainda este ano, clarificar as modalidades de contribuição e acesso ao fundo.

"Por agora, o mais importante é a decisão que tomámos, pois em muitas situações a região enfrentou dificuldades para responder a adversidades naturais", referiu.

A afirmação do primeiro-ministro está em linha com o discurso do Presidente em exercício da SADC, Mswati III, proferido durante a sessão de abertura da cimeira, que disse a 26 de Julho de 2016, em Gaborone, no Botswana, que lançou um apelo com o objec-

tivo de angariar recursos para ajudar cerca de 40 milhões de pessoas afectadas pela seca na região.

Desde então, segundo o rei swazi, os estados-membros e a comunidade internacional contribuíram com 979 milhões de dólares, que representam 34 por cento do montante necessário, fixado em 2,9 biliões de dólares americanos.

No que concerne à segurança alimentar, Do Rosário disse que a Cimeira constatou com satisfação que, apesar de adversidades como cheias, a presente campanha agrícola prevê colher o dobro comparativamente ao ano anterior.

Sobre a participação de Moçambique nas duas cimeiras, o governante disse que esteve à altura dos objectivos traçados. "Na cimeira da dupla troika

tratámos de assuntos relativos à paz e estabilidade na região. No geral, a situação está estável. Mas preocupa-nos a situação da República Democrática do Congo e do Lesotho", disse.

Falando especificamente do Lesotho, o governante afirmou ser preocupante o caso de o reino sutho realizar eleições quase que de dois em dois anos.

"As eleições custam dinheiro, que muita falta faz ao próprio país e à região. Por isso, a cimeira sublinhou a necessidade de o Lesotho cumprir com as recomendações da SADC e outros parceiros para que os processos sejam duradouros", afirmou Do Rosário.

MALEIANE INSTA EMPRESARIADO A APOSTAR NA AGRICULTURA

Moçambique é um dos países da SADC com vastas terras aráveis e potencial para a produção agrícola para auto-sustento e comércio internacional, porém continua a aproveitar pouco essas potencialidades devido ao tipo de agricultura que pratica.

A maior parte das explorações são de sequeiro e de pequena dimensão, o que não permite o desenvolvimento deste sector. Para reverter o cenário, o ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, de visita de trabalho às Direcções Provinciais de Sofala e Manica, na região centro do país, manteve encontros com as associações de empresários locais para, em conjunto, delinearem estratégias de fortalecimento do sector privado no comando da economia nacional.

Segundo Maleiane, o papel do Estado é criar condições para garantir maior produção por parte do sector privado. "Temos vindo a falar muito sobre as finanças, mas chegou a hora de trabalharmos com a parte de economia para avançar", referiu o governante, para depois apontar a agricultura como um sector estratégico em que o empresariado deve apostar.

"Eu vinha da Beira até Chimoió e vi campos verdes que é preci-



Maleiane com a comunidade empresarial da Beira

so potenciar. Temos de apostar na agricultura e na sua cadeia de valor. Se tivermos a agricultura a funcionar, tudo o resto vai funcionar: o turismo, as infra-estruturas, energia, entre outros sectores", disse.

Segundo Maleiane, o Governo está optimista relativamente ao crescimento económico que deve atingir em 2017, 5,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Concorrem para essa meta, de acordo o ministro, o "clima de paz que está a estimular a livre movimentação de pessoas e bens, dinamizando os sectores da agricultura, comércio, transporte e restaura-

ção; o trabalho em curso de auditoria internacional às dívidas, que vai reforçar a confiança indispensável para a mobilização de financiamentos públicos e privados; e o trabalho em curso para a consolidação da política fiscal e monetária por via do aprimoramento da arrecadação das receitas internas, racionalização de gastos públicos dispensáveis e eficácia no uso dos fundos disponibilizados aos sectores públicos", sustentou.

A deslocação de Maleiane a Sofala e Manica serviu também para conhecer a realidade dos funcionários do seu sector,

com os quais interagiu directamente e ficou a saber de perto da dinâmica institucional de cada provincia.

"Notámos com satisfação que, apesar de um Orçamento do Estado restritivo, as Direcções Provinciais de Economia e Finanças estão a trabalhar com afinco, tendo, inclusivamente, registado um bom desempenho em 2016. Não há nenhum funcionário que tenha ficado sem o seu salário, e as Direcções Provinciais continuam a trabalhar normalmente, embora possam existir alguns constrangimentos financeiros", disse.

SECTOR PRIVADO É O MOTOR DE DESENVOLVIMENTO

Antes de Sofala e Manica, o ministro da Economia e Finanças escalou as Direcções Provinciais da cidade e provincia de Maputo, onde, para além de acompanhar o funcionamento destas, ouviu as preocupações dos empresários sobre os custos de produção, sobretudo no que diz respeito às elevadas taxas de juro, de cerca de 30 por cento, cobradas pelos bancos comerciais em Moçambique; os elevados custos de importação de veículos; os baixos preços praticados nos transportes públicos, que não incentivam a classe empresarial. Apesar das dificuldades, Maleiane instou a

classe empresarial a incrementar a produção e produtividade, deixando uma mensagem de esperança.

"O sector privado é o motor de desenvolvimento. Esperamos pela vossa contribuição para o desenvolvimento do país e vamos motivar os jovens a olharem para a agricultura como um negócio, não apenas uma área em que só vêem sacrifícios e não benefícios", concluiu.

Recomendou ainda a necessidade de envolvimento das associações dos camponeses na gestão e manutenção dos equipamentos alocados pelo Executivo para o

incremento da produção e comercialização agrícola.

Refira-se que nestas visitas Adriano Maleiane recomendou igualmente o cumprimento das cinco prioridades do Plano Quinquenal do Governo, nomeadamente consolidação da unidade nacional, da paz e da soberania nacional; desenvolvimento humano e social; promoção do emprego, produtividade e competitividade; desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais, bem como a gestão transparente dos recursos naturais e ambientais.



GOVERNO POTENCIA USO DAS TIC NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



O Governo quer potenciar os gestores e técnicos de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) da Administração Pública com conhecimentos capazes de responder aos desafios actuais na manipulação, disponibilização e segurança dos dados e informações no contexto da provisão de serviços do Governo Electrónico ao cidadão e ao sector privado. A intenção foi anunciada pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional, Jorge Nhambiu, durante a cerimónia de abertura da formação

de gestores e técnicos de Tecnologias de Informação e Comunicação da Administração Pública no âmbito do Projecto de Apoio à Melhoria da Qualidade e da Proximidade dos Serviços Públicos nos PALOP e Timor Leste (PASP-TL), realizada esta segunda-feira, em Maputo.

Coordenada pelo Instituto Nacional de Tecnologias de Informação e Comunicação (INTIC), a formação conta com 58 participantes provenientes de diferentes instituições públicas, incluindo os Centros Provinciais de Recursos Digitais (CPRD) do Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane e Gaza.

A iniciativa é financiada pela União Europeia, em 5 milhões de euros, e está a ser ministrada por professores da Universidade do Minho (UMinho) e da Unidade Operacional de EGOV da Universidade das Nações Unidas (UNU-EGOV), também parceiros na organização, juntamente com o Projecto de Apoio à Melhoria da Qualidade e da Proximidade dos Serviços Públicos nos PASP-TL.

Em termos de matérias, o curso cobre dados abertos, big data e análise de dados, e segurança da informação. Na abertura do evento, o ministro explicou que as matérias a serem ministradas

visam estimular a consciência crítica sobre as diferentes abordagens nas duas áreas técnicas a cobrir, através da reflexão sobre os principais desafios e as técnicas de monitorização e avaliação necessárias para controlar a implementação das TIC, no geral e, do EGOV, em particular.

A título de exemplo, apontou a monitoria do crescimento diário da quantidade e variedade de dados que são recolhidos, as mensagens de correio electrónico trocadas diariamente, as transacções feitas no e-BAU ou no e-SIS-TAFE, os dados biométricos colectados ao cidadão para a

obtenção do bilhete de identidade e passaporte biométrico, informações alojadas nas várias bases de dados de instituições do Governo e da Administração Pública, entre outros.

Aliás, o Governo reconhece que as Tecnologias de Informação e Comunicação possuem um potencial transformador e de alavancar a sociedade moçambicana, uma vez que possibilitam o melhoramento da eficiência e eficácia do Estado na provisão de serviços, na desburocratização dos actos administrativos, no combate à corrupção e na transparência dos actos administrativos, entre outros.

É neste contexto que o sector

da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional vem empreendendo um conjunto de acções para potenciar a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Administração Pública, tornando-a mais moderna e ao encontro dos anseios das populações.

Constituem parte das iniciativas que visam a esse fim a aprovação pela Assembleia da República e promulgação, recentemente, pelo Presidente da República, da Lei de Transacções Electrónicas; a adopção e empoderamento de serviços e soluções com recurso às TIC na Estratégia para a Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública (ERDAP); e a revisão

da Política de Informática, sua estratégia de implementação, e da Estratégia do Governo Electrónico, que dará lugar à Política para a Sociedade de Informação, seu Plano Estratégico e respectivo Plano Operacional.

São também iniciativas que visam potenciar a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Administração Pública o início da implementação do Sistema de Certificação Electrónica do Estado, para breve, cujo impacto será melhorar significativamente a segurança nas transacções electrónicas; a adopção de normas e padrões internacionais, com destaque para ISO27001 e ISO27002, sobre a segurança da informação,

e ISO38500, sobre a governação corporativa de Tecnologias de Informação e Comunicação; a elaboração da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética, em finalização, e do Regulamento do Quadro de Interoperabilidade, a submeter ao Conselho de Ministros; o desenvolvimento do Centro Nacional de Dados do Governo; e implementação da cloud privada do governo.

Refira-se que Moçambique define como prioridade a criação de um Sistema de Certificação Electrónica do Estado como força motriz para a dinamização do crescimento e desenvolvimento socioeconómico.



**PROPRIEDADE DE:
GABINETE DE INFORMAÇÃO**

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,
N.º 780, 1.º andar
email: jornalmocambique@gmail.com

FICHA TÉCNICA:

Registo N.º 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinque, Líria Samissone, Leonildo Balango e Pilatos Pires

Revisão: Mário Bento Vasco

Maquetização: Januário Magaia

Atribuição de pensões

COMBATENTES VÃO À PROVA DE VIDA PARA ACABAR COM INFILTRADOS



Eusébio Lambo dirigindo-se aos combatentes da defesa de soberania

O Governo vai submeter os combatentes, tanto os veteranos assim como os de defesa da soberania, à prova de vida, um exercício que visa acabar com os infiltrados na atribuição de pensões e outros direitos que esta camada social tem.

O anúncio foi feito no último sábado pelo ministro dos Combatentes, Eusébio Lambo, durante um encontro com os membros da Associação dos Combatentes de Defesa da Soberania de Moçambique (ADCDSM), que teve lugar no bairro da Machava, cidade da Matola.

Na ocasião, o governante explicou aos combatentes sobre o processo de registo, que terminou a 31 de Dezembro de 2015, bem como

sobre os direitos que têm. Referiu que foram registados alguns casos de pessoas que não chegaram a participar na guerra dos 16 anos, mas que se fazem passar por combatentes.

E para acabar com estes infiltrados, "vai iniciar daqui a pouco a prova de vida do combatente", disse o ministro, apelando à vigilância dos abrangidos para acabar com os infiltrados que tentam beneficiar-se da pensão e outros direitos do combatente. Referiu igualmente que, depois do processo de registo, o Ministério dos Combatentes está a trabalhar com o Tribunal Administrativo para que os combatentes que ainda não se beneficiam de pensão tenham os seus processos finalizados.

Num outro desenvolvimento,

Lambo exortou esta camada social a desenvolver outras actividades de rendimento para o seu sustento, não aguardando apenas pelas pensões, exortação, aliás, para a sociedade no geral, de modo a contrariar a crise financeira que abala o país.

Reconheceu que os valores das pensões são desajustados à realidade actual e, para reverter a situação, é preciso que cada um se envolva no processo produtivo.

"Nós somos combatentes e não nos podemos enganar uns aos outros. Quando dizemos que não há dinheiro é porque não há mesmo. Mas temos de arranjar soluções para os nossos problemas, mesmo sem dinheiro", disse o ministro.

Num outro desenvolvimento, apelou aos membros

da Associação dos Combatentes de Defesa da Soberania de Moçambique para aproveitarem as oportunidades que lhes são conferidas pela lei, nomeadamente o crédito atribuído pelo Fundo da Paz e Reconciliação Nacional (FPRN), as isenções na aquisição de equipamentos de produção, bolsas de estudo, entre outros. Mas alertou que é preciso que os que já beneficiaram do FPRN amortizem os seus créditos para que possam contemplar os outros.

Entretanto, devido à crise financeira, este fundo registou um corte significativo no último Orçamento do Estado, ao passar de uma dotação de 350 milhões de meticais em 2015 para 25 milhões este ano.

PROBLEMAS ESPINHOSOS ENFERMAM COMBATENTES

No encontro, o ministro foi confrontado com vários problemas, entre os quais a demora na tramitação dos documentos para a obtenção de cartões de identificação, falta de observância dos seus direitos, dificuldade de acesso ao crédito e a bolsas de estudo, exiguidade do valor das pensões, falta de apoio em material de construção, entre outros.

Por exemplo, Pedro da Costa, combatente e membro da

ADCDSM, disse que esperou cerca de dois anos para a fixação da pensão, por alegadamente a máquina de produção de cartões estar avariada.

Para inverter o cenário, este combatente sugere que o Governo e o Tribunal Administrativo passem a validar a pensão a partir do momento em que o expediente entra no Ministério dos Combatentes, para que os beneficiários não fiquem lesados pela demora.



Pedro da Costa



Arnaldo Maculuve

Já Pedro Pitane reclamou do facto de as isenções nos transportes colectivos de passageiros não abrangerem os dependentes do combatente, como é o caso do cônjuge e filhos, apesar de constarem do cartão como dependentes.

Mesmo na atribuição do subsídio de funeral, há dificuldades nos casos de esposa e filhos, segundo referiu.

Por sua vez, Arnaldo Maculuve disse haver dificuldades na obtenção de bolsas de estudo para os filhos, bem como na assistência médica e medicamentosa, com atendimento não adequado.

Reclamou, igualmente, sobre o facto de o valor do crédito concedido pela banca, ou mesmo o FPRN, estar condicionado ao valor da pensão que recebe.

Reagindo sobre os constrangimentos apresentados, Lambo disse que eles derivavam da falta de informação ou negligência de alguns funcionários públicos, com intenção de prejudicar o combatente.

"Os transportes e hospitais que o combatente tem de usar para gozar de isenção são do Estado, não do sector privado. Por isso, se os direitos não forem observados tem de apresentar o caso à direcção da instituição em causa ou ao ministro dos Combatentes para a resolução imediata", explicou Lambo.

Em relação ao crédito, o governante disse que o direito ao financiamento não pode ser comparado com o valor da pensão, adiantando que o FPRN não questiona o salário, pois apenas serve de garantia.

Sobre a demora na emissão de cartões de antigo combatente, o ministro explicou que se deveu a uma avaria da máquina, mas também há casos de sabotagem praticados por funcionários de algumas direcções, que dificultam a tramitação de processos de atribuição de pensões.

"Em Nampula, por exemplo, encontramos 500 processos com pensões fixadas não anunciadas aos beneficiários. Em Cabo Delgado encontramos 12 mil processos guardados, e mesmo aqui no meu gabinete já encontrei calhamaços guardados, tudo isto para se culpar o Governo", deplorou o ministro, salientando que chegou a assinar 500 processos por dia para acelerar a atribuição de pensões. Só em 2015 disse ter assinado 33 mil documentos para serem canali-

zados às Finanças, alguns dos quais mal instruídos e que acabaram sendo devolvidos pelo Tribunal Administrativo. No que concerne à habitação para os combatentes, Lambo disse que o processo está em curso e neste momento estão a ser erguidas casas em todo o país.

No presente quinquénio, o Ministério dos Combatentes registou 15.208 combatentes, dos quais 7703 são veteranos da luta de libertação nacional e 7505 de defesa da soberania e da democracia. No capítulo da assistência médica e medicamentosa, foram assistidos nas diversas unidades sanitárias do Sistema Nacional de Saúde 4442 combatentes e atribuídas mil bolsas de estudo nas diferentes instituições de ensino superior.



PRIMEIRO COMBOIO DE MERCADORIAS CHEGA A LICHINGA DENTRO DE DIAS



O primeiro comboio transportando mercadorias, desde produtos de primeira necessidade a materiais de construção, vai escalar a cidade de Lichinga, província do Niassa, ainda este mês de Março, segundo garantiu o respectivo governador, Arlindo Chilundo.

Falando há dias numa saudação à população do povoado de Micúcue, posto administrativo de Maniamba, no distrito de Lago, onde fez monitoria à campanha agrária 2016/17, o dirigente explicou que a chegada do primeiro comboio de mercadorias à capital do Niassa irá melhorar a transacção de diversos produtos e garantir a redução de custos da sua aquisição no mercado.

"Teremos produtos de primeira necessidade a preços aceitáveis, bem como materiais de construção a preços competitivos. Com a vinda do comboio de mercadorias, esperamos que os preços de materiais de

construção baixem e possamos ter infra-estruturas de qualidade", sublinhou Arlindo Chilundo.

A falta de estradas transitáveis no Niassa, que permitam a fácil chegada de camiões com mercadoria diversa, como produtos básicos de consumo, materiais de construção, entre outros vindos da vizinha província de Nampula e de outras paragens, tem tornado a vida muito cara naquela província. Com efeito, muitos produtos não locais são comercializados a preços proibitivos.

Porém, desde a reabertura da linha férrea Nampula-Lichinga, em Novembro passado, permitindo o reinício da circulação de passageiros, há esperança de dias melhores. O preço de transporte de passageiros baixou na ordem de 50 por cento, esperando-se que o mesmo aconteça com o custo dos produtos básicos e materiais de construção com a chegada do comboio de mercadorias.

A falta de vias de acesso e transporte tem dificultado também o transporte de produtos agrícolas e outros produtos das áreas produtivas até aos mercados formais locais, bem como para as outras províncias com potencial comercial.

Esta dificuldade acabou levando os camponeses e o Estado moçambicano, pois algum milho foi ao Malawi a preços muito abaixo dos praticados no mercado formal.

Na ocasião, a população explicou que no mercado informal tem havido práticas não éticas como a viciação dos meios de medição, usando-se latas no lugar de balanças bem calibradas, havendo situações em que alguns compradores malawianos aliciam os produtores com bens tais como bicicletas, motorizadas, entre outros, em troca de quantidades não estimadas de milho.

Só no ano passado, cerca de 550 mil toneladas de milho, feijões e outros produtos da safra agrícola 2015/16 foram

comercializados sem controlo do Estado por um valor muito baixo.

Entretanto, o governador do Niassa mostrou-se optimista com a chegada da locomotiva de mercadorias. Neste contexto, as populações devem aumentar as suas áreas de produção, visto que se vislumbra um grande mercado para a sua produção.

"O comboio não deve somente trazer produtos de outros quadrantes para depois voltar com os vagões vazios. Vamos encher os vagões de produtos de que dispomos para que os mesmos cheguem a outros consumidores, a preços competitivos", frisou Chilundo.

Niassa é a província mais extensa de Moçambique e com potencial agrícola muito grande, sobretudo para a produção de cereais, mas falta-lhe mercado para a venda devido à insuficiência de infra-estruturas de transporte.

Este semestre

CASAS EM ZONAS PROPENSAS A INUNDAÇÕES PODERÃO SER DEMOLIDAS

O Conselho Municipal de Maputo anunciou que vai arrancar, este semestre, com o processo de demolição das casas que se encontram em zonas propensas a inundações, cujos proprietários já haviam sido reassentados.

A medida vai abranger igualmente as residências que foram erguidas em zonas de risco sem anuência das autoridades municipais.

Segundo explicou o vereador para a área de Infra-estruturas, Vítor Fonseca, algumas das famílias que vivem no bairro Luís Cabral em zonas propensas a inundações haviam sido retiradas pelo município, tendo recebido talhões no distrito de Marracuene em novas áreas seguras mas, incompreensivelmente, retornaram às zonas de risco.

"O Conselho Municipal não será tolerante a estas situações, e já foi dada a ordem de remoção para breve, seja de quem for a construção. Temos informações de todas as pessoas que devem sair do local, e os que ainda estiverem lá não terão direito a terrenos", salientou o responsável.

Disse ser comum em algumas zonas propensas a inundações, cujas pessoas foram retiradas e reassentadas em lugares seguros, aparecem novas construções, situação que não vai ser tolerada e medidas duras serão



tomadas brevemente.

Em algumas destas áreas, foram erguidas escolas e estabelecida rede eléctrica pública, como é o caso do Bairro Luís Cabral, o que pode contrariar as pretensões das autoridades municipais.

Em relação à escola no Luís Cabral, Fonseca disse que ela é provisória e será, igualmente, removida para lugar seguro na altura em que as famílias forem retiradas do local.

Héber Bomba, técnico da Direcção de Assuntos Transversais do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, explicou que para a atribuição do alvará para uma escola funcionar é preciso ter autorização do governador provincial. Nes-

te caso, coube ao governador da cidade de Maputo autorizar o funcionamento daquela escola.

"O Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano autorizou o projecto de construção da Escola Comunitária de Magude usando material precário, para que as crianças residentes na zona pudessem ter acesso à escola", afirmou Bomba.

A directora desta escola, Anita Maria, salientou que o Governo tem ajudado muito no desenvolvimento da instituição, fornecendo material didáctico e outros, com vista a diminuir o índice do analfabetismo no país.

Já o director do Departamento

de Comunicação e Imagem da Electricidade de Moçambique, Moisés Mabunda, afirmou que para EDM instalar a rede eléctrica nos bairros de risco como Luís Cabral foi necessário que o cidadão reunisse todos os documentos inerentes ao processo, incluindo a declaração do chefe do bairro, anexando a planta da casa.

"O trabalho da Electricidade de Moçambique é fornecer energia eléctrica a todos, consoante os dados fornecidos pela estrutura do bairro. A lei não confere à EDM o controlo das condições dos bairros, mas apenas o provimento de energia eléctrica aos requerentes, mediante as condições acima apresentadas", explicou Mabunda.



SUPLEMENTO SOBRE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Suplemento do Jornal Moçambique de 22 de Março de 2017 – N.º 183
PARCERIA GABINETE DE INFORMAÇÃO – UNIDADE FUNCIONAL DE SUPERVISÃO
DAS AQUISIÇÕES

CONTINUAÇÃO

Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovado pelo Decreto n.º 05/2016 de 08 de Março

CAPÍTULO I

SECÇÃO III

Entidade Contratante

Artigo 11

(Regras Gerais)

Constituem regras gerais para contratação, as seguintes:

a) Aplicar o presente Regulamento aos órgãos e instituições da Administração Pública, nomeadamente da administração directa e indirecta do Estado, incluindo a sua representação no estrangeiro, autarquias locais e demais pessoas colectivas públicas que tenham uma tabela orçamental para executar, excepto aqueles itens em que haja interesse na garantia da harmonização de tipos e ou ganhos de economia de escala, mediante a indicação da Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições;

b) Optimizar a satisfação das necessidades colectivas, tanto na formação como na execução dos Contratos;

c) Actuar com isenção, sendo única e exclusivamente movida pela defesa e prossecução do interesse público em todo o procedimento de contratação;

d) Garantir a determinação do objecto da contratação, de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que, por excessivas ou desnecessárias, limitem a competição, sendo proibida a referência a marcas;

e) Fundamentar a autorização para a abertura de Concurso ou para o Ajuste Directo com a necessária justificação quanto à sua economicidade, eficiência e eficácia e os critérios de avaliação, devendo garantir a escolha da proposta com padrões de qualidade exigidos à realização do interesse público, dentro dos prazos acordados;

f) Garantir que as razões de facto e de direito na definição da modalidade de contratação adoptado e dos correspondentes actos praticados sejam previamente indicadas por escrito;

g) Garantir que as regras que disciplinam o concurso e os elementos que lhe servem de base se mantenham inalteradas durante a sua realização, salvo nos casos previstos no presente Regulamento;

h) Garantir a adequada publicidade da intenção de contratar;

i) Definir prazos razoáveis para preparação das propostas pelos concorrentes interessados;

j) Estabelecer qualificações jurídicas, económico-financeiras e técnicas, exigíveis indistintamente dos concorrentes, compatíveis e proporcionais ao objecto da contratação, que garantam o cumprimento das obrigações contratuais;

k) Proporcionar a todos os interessados iguais condições de participação, tratando todos os concorrentes segundo os mesmos critérios;

l) Garantir a máxima participação de interessados em contratar com a Entidade Contratante;

m) Garantir a selecção criteriosa da proposta mais vantajosa proporcionando igualdade de oportunidade aos interessados por meio de uma competição justa;

n) Estabelecer previamente os critérios de Adjudicação e as condições essenciais do Contrato, e divulgá-los pelos interessados;

o) Propiciar o alcance do objectivo da contratação, com celeridade e economicidade, sem prejuízo da segurança e dos direitos dos concorrentes; e

p) Observar as regras e formalidades estabelecidas no presente Regulamento e demais legislação aplicável.

Artigo 12

(Atribuições da Autoridade Competente)

1. São atribuições da Autoridade Competente, em representação da Entidade Contratante, mediante proposta devidamente fundamentada da respectiva Unidade Gestora Executora das Aquisições:

a) Indicar o interesse público específico a ser prosseguido;

b) Definir de forma precisa, suficiente e clara, o objecto da contratação;

c) Determinar a estimativa do preço da obra, bens ou serviços a contratar;

d) Definir a modalidade de contratação a ser adoptada;
e) Dispensar, nos termos previstos no presente Regulamento, os requisitos de qualificação;

f) Declarar que os encargos estimados, que decorrerão do Contrato têm cobertura orçamental em verba legalmente aplicável, cativa para o efeito;

g) Aprovar e fazer divulgar os Documentos de Concurso, o Anúncio de Concurso e/ou o convite para manifestação de interesse;

h) Designar os membros do Júri e indicar o respectivo Presidente;

i) Prestar esclarecimentos aos concorrentes;

j) Processar e instruir reclamações contra os actos do Júri;

k) Justificar a adopção do critério de decisão, quando não for o de Menor Preço Avaliado;

l) Adjudicar o objecto da contratação ao concorrente vencedor ou, quando for o caso, promover a declaração de cancelamento ou invalidade do Concurso;

m) Observar os requisitos para celebração do Contrato e convocar o concorrente vencedor para o celebrar;

n) Aprovar o escalonamento plurianual dos encargos, associado ao respectivo enquadramento orçamental, quando os compromissos decorrentes da contratação envolverem despesas em mais de um (1) ano económico; e

o) Observar os preceitos do presente Regulamento no procedimento de contratação.

Para mais informação consulte:

www.ufsa.gov.mz

UFSA

Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições

“Por uma Contratação pública Transparente”

Rua da Imprensa – Prédio 33 Andares, 7º Andar, nº 701, 702 e 704

Maputo - Moçambique



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
 MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
 DIRECÇÃO NACIONAL DO PATRIMÓNIO DO ESTADO
 UNIDADE FUNCIONAL DE SUPERVISÃO DAS AQUISIÇÕES

LISTA DE EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS, FORNECEDORES DE BENS E DE PRESTADORES DE SERVIÇOS INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO, AO ABRIGO DO DECRETO Nº 15/2010 DE 24 DE MAIO

EMPRESA	ENDEREÇO	PROVÍNCIA	CERTIFICADO	INSCRIÇÃO
1 World Travel & Serviços, Lda	Av. Base Ntchinga, 381, R/C, Maputo	Maputo	1775/ME/PS	27/12/2016
7M Moçambique, Lda	Rua Francisco Matange, 42, Flat 101, 2º andas, Maputo	Maputo	1651/PE/EOP	8/12/2016
Aba, Lda	Av. Ahmed Sekou-Touré, 2113, R/C, Maputo	Maputo	1648/PE/FBPS	8/12/2012
Abdul Karim	Distrito de Macomia	Cabo Delgado	1685/PS/FB	9/12/2016
Abdul Razak Moisés Adamo	Av. Samora Machel - Lichinga	Niassa	1819/PS/PSC	21/12/2016
Abel Francisco Otacala	Av. Maguiguana, nº 1708, 2º Andar, Bairro Alto Maé	Maputo	1836/PS/PS	21/12/2016
Abrão Cuvanga Xavier	Rua da Chota, Beira	Sofala	1748/PS/PSC	15/12/2016
Access Consultores Arquitectura e Engenharia, Lda	Av. 24 de Julho, nº 641, Maputo	Maputo	1741/PE/PSC	2/12/2016
Adam's	Rua Teixeira Botelho, 748, Beira	Sofala	1655/GE/EOP	9/12/2016
ADO Logística, Lda	Av. 25 de Junho, Bairro Francisco Manyanga, Tete	Tete	1812/PE/FBPS	21/12/2016
AECOM África Mozambique, Lda	Rua da Argélia, nº 453 R/C, Maputo	Maputo	1548/PE/PSC	6/12/2016
Agostinho Francisco Macucule	Bairro das Mahotas, Q.22, nº 578, Maputo	Maputo	1794/PS/PSC	20/12/2016
Agostinho João Claudino	Distrito de Alto Mulócué	Zambézia	1711/PS/PSC	13/12/2016
AJOTHAL, EI	Rua António Futado nº 160 R/C, Maputo	Maputo	1857/MIC/FB	27/12/2016



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
 MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
 DIRECÇÃO NACIONAL DO PATRIMÓNIO DO ESTADO
 UNIDADE FUNCIONAL DE SUPERVISÃO DAS AQUISIÇÕES

LISTA DE EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS, FORNECEDORES DE BENS E DE PRESTADORES DE SERVIÇOS INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO, AO ABRIGO DO DECRETO Nº 15/2010 DE 24 DE MAIO

EMPRESA	ENDEREÇO	PROVÍNCIA	CERTIFICADO	INSCRIÇÃO
Ajuda e Filhos Construções	Vila de Catandica, Bairro 1º de Maio, Manica	Manica	1233/PE/EOP	2/12/2016
AK - Construções & Consultoria	Rua Eduardo de Noronha 6º, Bairro de Esturo, UC C, 5º Q., Sofala	Sofala	1523/PE/EOP	6/12/2016
Alibastos Construções	Bairro Samora Machel, Tete	Tete	1576/PE/EOP	7/12/2016
Alif, Lda	Travessa 1 de Junho, 175, Quelimane	Zambézia	1314/PE/FBPS	9/12/2016
Américo N'tauali, Sociedade Unipessoal, Lda	Rua do Porto, nº 388, Pemba	Cabo Delgado	1601/PE/PS	7/12/2016
Amisse Construções	Av. Francisco Manyanga, Nampula	Nampula	1578/PE/EOP	7/12/2016
Ampere Langa Engenharia, E.I	Bairro de Xipamanine, Q. 25, 10, Maputo	Maputo	1538/PE/EOP	6/12/2016
Ampola Sociedade Unipessoal, Lda	Av. Armando Tivane, 245, Maputo	Maputo	1569/PE/PS	7/12/2016
Andreia Manuela Frangoso da Glória	Bairro Costa do Sol, Rua D. Alice, Q. 14, Casa 78, Maputo	Maputo	1543/PS/PSC	6/12/216
Annie Eventos, Sociedade Unipessoal	Av. Marien Ngoabi, 70, 1º andar, Maputo	Maputo	1515/PE/PS	2/12/2016
Apex Rent - A - Car, Lda	Av. Do Trabalho, nº 625, R/C, Maputo	Maputo	1795/ME/PS	20/12/2016
Ardomus Construções, Lda	Av. Vlademir Lenine, nº 3170, Maputo	Maputo	1537/ME/EOP	6/12/2016
Argap Construções, E.I	Rua do Aeroporto, Bairro Mutxora, Lichinga	Niassa	1828/PE/EOP	21/12/2016
Arktek, Lda	Av. Karl Max, 173, 2º andar E, Bairro Central "C", Maputo	Maputo	1517/PE/PSC	2/12/2016